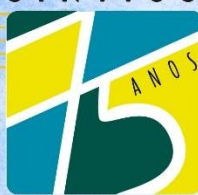


SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

26/07/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Temer diz que Brasil começa a 'respirar nova economia' após recessão

O presidente Michel Temer aproveitou a posse do novo ministro da Cultura, nesta terça-feira (25), para voltar a bater na tecla de que o país está deixando a recessão para trás e passa a "respirar uma nova economia", apesar das dificuldades ainda enfrentadas.

"Depois de uma longa recessão, nós começamos a respirar uma nova economia e novos costumes no nosso país", disse o presidente, ao dar posse a Sérgio Sá Leitão em cerimônia no Palácio do Planalto. Enfrentando uma grave crise política decorrente das delações de executivos da JBS, Temer tem buscado comemorar bons indicadores econômicos e criticado quem ele acusa de ser pessimista.

"Nós devemos retirar, naturalmente, toda e qualquer palavra de pessimismo... temos dificuldades, claro que as temos, mas isso é mais ou menos histórico no nosso país", disse, acrescentando que o otimismo é uma marca da população brasileira. "É exata e precisamente a capacidade extraordinária de recuperação do povo brasileiro, a capacidade extraordinária de otimismo, a capacidade extraordinária de crença nas nossas instituições, e hoje a absoluta crença de que o país está se transformando."

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 26/07/2017

Reformas política e da Previdência devem entrar na pauta do Plenário neste 2º semestre

As reformas da Previdência e política são dois dos principais temas pendentes de análise pelo Plenário da Câmara dos Deputados no segundo semestre deste ano. Cinco medidas provisórias (MPs) com relatórios aprovados por comissões mistas também serão pautadas.

Aprovada no começo de maio em comissão especial, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16, do Executivo, aumenta a idade exigida para aposentadoria, tanto no INSS quanto no setor público, para 62 anos de idade, se mulher, e 65 anos, se homem. De acordo com relatório do deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), estão previstas transições para os atuais segurados da Previdência, com o cumprimento de um pedágio para poder se aposentar e diminuição do valor da aposentadoria.

Para ser aprovada, a matéria precisa do voto favorável de ao menos 308 deputados, em dois turnos de votação. No caso da reforma política, composta por projetos de lei e propostas de emenda à Constituição (PEC), as mudanças na legislação precisam ser provadas, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, até outubro de 2017 para poderem ser aplicadas nas eleições de 2018. O prazo exigido pela Constituição é de um ano antes do pleito. O deputado Vicente Candido (PT-SP), relator do projeto de lei que altera as leis dos Partidos Políticos (9.096/95), das Eleições (9.504/97), o Código Eleitoral (4.737/65) e a minirreforma eleitoral de 2015 (13.165/15), apresentou uma nova versão do seu relatório à comissão especial relacionada ao tema, prevendo a criação de um fundo para financiar as campanhas eleitorais, o Fundo Especial de Financiamento da Democracia (FFD).

Fonte: Agência Câmara - <http://cnti.org.br/html/default.html>

Juro deve cair ao menor nível em 4 anos, mas analistas veem risco

A Selic, a taxa básica de juros, deve ser reduzida nesta quarta (26) para um dígito e atingir seu menor nível em quatro anos. Economistas, no entanto, sinalizam que o movimento pode não ser duradouro e o BC tenha de voltar a elevar a taxa em 2018. Não seria a primeira vez que o alívio na política monetária permaneceria por pouco tempo. No fim de 2012, os juros chegaram ao piso histórico —7,25%, em outubro—, mas voltaram a subir no início do ano seguinte, como aumento da pressão inflacionária. Desta vez, é consenso entre economistas que inflação abaixo do centro da meta, câmbio comportado e fraca atividade econômica conspiram para que o juro siga em queda nos próximos meses. A trajetória, no entanto, pode ser revertida, caso as reformas no campo fiscal não saiam do papel ou o bom humor do investidor externo com o Brasil se arrefeça. A percepção é que a reforma da Previdência seria crucial para colocar a trajetória da dívida pública sob controle, mas, abandonada, levaria o real a se desvalorizar, o que contaminaria a inflação e pressionaria os juros.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 26/07/2017

Governo vai propor licença não remunerada de até 6 anos para servidores federais

Após anunciar o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) para servidores do Poder Executivo, o Ministério do Planejamento divulgou nesta terça-feira (25) a possibilidade de os funcionários públicos federais aderirem a uma licença incentivada sem remuneração (LIP). Nela, os trabalhadores poderão suspender temporariamente o vínculo com a administração por três anos consecutivos, prorrogáveis por igual período, recebendo como incentivo o valor equivalente a três meses de sua remuneração. O servidor que optar pela medida não poderá retornar ao trabalho antes do fim do prazo acordado. Em nota, o Ministério do Planejamento informou que os servidores que optarem pela adesão ao programa perderão o vínculo com a administração pública e, portanto, deixarão de participar do Regime Próprio de Previdência Social. Para a pasta, assim como a LPI, o PDV e a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional, as duas últimas anunciadas ontem (24), visam "aumentar a eficiência no serviço público". A adesão poderá ser feita já em 2017, e não há prazo final estipulado para que o servidor interessado possa aderir ao programa. O impacto financeiro da medida será observado em 2018.

Fonte: Agência Brasil - <http://cnti.org.br/html/default.html>

PEC permite que licença-maternidade seja compartilhada entre a mãe e o pai

O prazo total da licença-maternidade pode ser compartilhado entre o pai e a mãe da criança. É o que determina uma proposta de emenda à Constituição, apresentada pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A ideia da senadora é possibilitar uma legislação mais adequada às reais necessidades das famílias. A PEC 16/2017 estabelece que haja um acordo entre a mãe e o pai para dividir o período para cuidar do filho recém-nascido ou recém-adotado. Na proposta, Vanessa Grazziotin cita o exemplo de países europeus, como Noruega, Suécia e Finlândia, onde o benefício da licença compartilhada já é uma realidade. Ela enfatizou a iniciativa como evolução do que chama de nova concepção de família. "A tarefa de cuidar do filho não é exclusiva da mãe, é do pai também. Porque a única tarefa que a mulher tem que fazer sozinha, que não pode compartilhar com o homem, é a amamentação. Mas os demais cuidados podem ser perfeitamente compartilhados com o pai. É um compartilhamento de todos os deveres, de todos os afazeres", argumenta a senadora em sua justificativa. Para a senadora Ana Amélia (PP-RS), que assinou a PEC, a iniciativa proporciona mais assistência e proteção às crianças.

- Ela flexibiliza. Ela aperfeiçoa. É uma modernização. É uma compreensão inteligente dessa nova realidade em que homem e mulher compartilham responsabilidades - afirmou a senadora.

Atualmente, pela legislação brasileira, a mãe tem direito a usufruir de uma licença de 120 dias e o pai de uma licença de apenas cinco dias. Esses prazos são maiores em alguns casos, graças às recentes alterações legislativas que possibilitaram a extensão da licença-maternidade por mais 60 dias, e a licença-paternidade por mais 15 dias. No entanto, para ter esse benefício, a pessoa tem que trabalhar em empresa que aderiu ao Programa Empresa Cidadã. Alguns órgãos públicos também já concedem um prazo maior de licenças-maternidade e paternidade.

Fonte: Agência Senado - <http://cnti.org.br/html/default.html>